**Observações importantes:**

1) A presente minuta deve ser utilizada quando o CEDENTE pretende a cessão do servidor efetivo mediante o ressarcimento, na forma do **art. 15 do Decreto nº 5593-R/24**: “*Na cessão mediante ressarcimento, o cedente processará e pagará ao cedido a remuneração de seu cargo efetivo e recolherá os tributos que sobre ela incidam, que em seguida, devem ser reembolsados pelo cessionário. Parágrafo único. O cedido mediante ressarcimento permanecerá na folha de pagamento do cedente por razões unicamente operacionais, uma vez que o ônus de arcar com a remuneração será de exclusiva responsabilidade do cessionário.”*

2) A cessão mediante ressarcimento deve ser utilizada quando o Cessionário for: *I - outro Poder ou órgão autônomo do estado do Espírito Santo; II - órgão ou entidade da União; III - Município do estado do Espírito Santo; IV - pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta dos entes elencados nos incisos I a III; e V - empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação pública de direito privado do Poder Executivo Estadual*, na forma do **art. 16, parágrafo único do Decreto nº 5593-R/24**.

3) Nas cessões de servidores da Administração Direta Estadual, o CEDENTE será sempre a SEGER e a UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS o órgão no qual o servidor possui alocação originária.

4) Nas cessões de servidores da Administração Indireta, o CEDENTE será o ente da Administração Indireta, não existindo a figura do representante da UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS. Por isso, ao longo do texto quando constar UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS, **deve o termo ser substituído por CEDENTE**.

5) Quando o cessionário for OUTRO ENTE da Federação o fundamento legal deve ser o art. 54 da Lei Complementar nº 46/94 e quando for OUTRO PODER o art. 54-A.

6) Em relação às férias, se a cessão for para OUTRO ENTE, deve ser observado o previsto no §1º do art. 9º do Decreto nº 5593-R/24 e se for para OUTRO PODER observar-se-á o disposto no §2º do mesmo artigo.

**CONVÊNIO DE CESSÃO Nº \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_**

Convênio de Cessão mediante Ressarcimento de Servidor que entre si celebram o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio daSecretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (ou **DENOMINAÇÃO DO ENTE** quando se tratar da Administração Indireta)**,** e o Poder Legislativo ou Judiciário/MPES/TCEES/Defensoria do Estado do Espírito Santo (ou Ente da Federação quando o Cessionário for o outro ente da Federação), para o fim expresso das cláusulas que o integram.

**PROCESSO nº:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CEDENTE: (DENOMINAÇÃO DO ENTE** se for Administração Indireta **e, se for o ESTADO,** especificar o órgão intermediário quando se tratar da Administração Direta**), CNPJ nº,** situado no **(ENDEREÇO**)**,** representado pelo(a) Sr(a). **(NOME DO TITULAR DO CEDENTE),** brasileiro(a), portador(a) do CPF nº xxxx e do Registro Geral de Carteira de Identidade nº xxxxxxx.

**CESSIONÁRIO: (OUTRO PODER/ENTE DA FEDERAÇÃO), CNPJ nº,** situado no **(ENDEREÇO),** representado pelo(a) Sr(a). **(NOME DO REPRESENTANTE DO CESSIONÁRIO),** brasileiro(a), portador(a) do CPF nº xxxx e do Registro Geral de Carteira de Identidade nº xxxxxxx.

**UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS: (ÓRGÃO NO QUAL O SERVIDOR POSSUI ALOCAÇÃO ORIGINÁRIA), CNPJ Nº,** situado no **(ENDEREÇO),** representado pelo(a) Sr(a). **(NOME DO CHEFE DA UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS DO ÓRGÃO NO QUAL O SERVIDOR POSSUI ALOCAÇÃO ORIGINÁRIA)**, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº xxxx e do Registro Geral de Carteira de Identidade nº xxxxxxx., para cumprimento das atribuições conferidas às Unidades de Recursos Humanos pelo Decreto Estadual nº 5593-R/2024.

*Excluir a* ***UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS*** *quando o* ***CEDENTE*** *for ente da Administração Indireta, uma vez que para a Administração Indireta não há representante da Unidade de Recursos Humanos.*

Pelo presente Convênio,os órgãos **CEDENTE** e **CESSIONÁRIO**supra qualificados resolvem firmar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente Convênio é a cessão do servidor **(NOME DO SERVIDOR CEDIDO)**, titular do cargo efetivo de **(NOME DO CARGO EFETIVO**), **(NÚMERO FUNCIONAL**), para atuar junto ao **CESSIONÁRIO,** no exercício do cargo/função de **(NOME DO** **CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA),** com a supervisão do cumprimento das regras do convênio pela **UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS/CEDENTE.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

2.1 A cessão será regida pelo artigo 54-A (ou art. 54 quando o Cessionário for outro ente da Federação) do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, a Lei Complementar Estadual nº 46, de 31 de janeiro de 1994 e pelo Decreto Estadual nº 5.593-R, de 10 de janeiro de 2024.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÔNUS**

3.1 A cessão será efetivada sem ônus para o **CEDENTE,** com a assunção pelo **CESSIONÁRIO** da obrigação de arcar com a remuneração do servidor, incluídas todas as vantagens pecuniárias complementares ao subsídio ou vencimento eventualmente existentes sobre o seu cargo efetivo, e com os encargos sociais sobre ele incidentes.

**CLÁUSULA QUARTA – DA MODALIDADE DA CESSÃO**

4.1 A disposição do servidor se dará na modalidade cessão mediante ressarcimento, de acordo com o artigo 5º, inciso I do Decreto Estadual nº 5.593-R, de 10 de janeiro de 2024.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O servidor será mantido em folha de pagamentos cabendo ao **CEDENTE** o processamento e pagamento ao cedido da remuneração do seu cargo efetivo e recolhimento dos tributos para posterior reembolso pelo **CESSIONÁRIO.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Ao celebrar o presente Convênio, o **CESSIONÁRIO** comprometer-se-á a cumprir integralmente as obrigações previstas no Decreto Estadual nº 5.593-R, de 10 de janeiro de 2024, especialmente as previstas no Título I, Capítulo III, no Título II, Capítulo I e no Título III, Capítulo III, e as orientações repassadas pelo **UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS/CEDENTE**referentes à cessão.

**CLÁUSULA QUINTA – DO TERMO INICIAL**

5.1 O presente Convênio terá por termo inicial de vigência a data da publicação do resumo do ato de cessão do servidor no Diário Oficial do Estado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Enquanto não publicado o resumo do Termo de Convênio no Diário Oficial, o servidor deverá permanecer em exercício no seu órgão de origem.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O **CEDENTE** considerará o dia da publicação do Termo de Convênio de Cessão como trabalhado pelo **CEDIDO** para todos os fins legais, mas o dispensará de suas atividades, para permiti-lo se organizar para se apresentar ao **CESSIONÁRIO.**

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** O **CEDIDO** se apresentará ao **CESSIONÁRIO** no dia útil imediatamente subsequente da publicação de sua cessão, em que entrará em exercício no cargo em comissão ou função de confiança.

**CLÁUSULA SEXTA – DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

6.1 O auxílio-alimentação será pago de acordo com a opção feita pelo servidor, diretamente pelo **CEDENTE** ou pelo **CESSIONÁRIO,** vedado o pagamento simultâneo por ambos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O servidor informará a **UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS/CEDENTE** e ao **CESSIONÁRIO** a sua preferência de fonte de recebimento do auxílio-alimentação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Se o servidor optar pela percepção do auxílio-alimentação pago pelo **CEDENTE**, caberá ao **CESSIONÁRIO** ressarcir-lhe os valores pagos a esse título, que estarão discriminados no demonstrativo de ressarcimentos decorrentes da cessão.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Se o servidor optar pela percepção do auxílio-alimentação pago pelo **CESSIONÁRIO,** o pagamento será feito de acordo com as regras e valores por ele estipulado, e desobrigar-se-á o **CEDENTE** de ressarcir quaisquer valores a esse título durante a cessão.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RESSARCIMENTOS**

7.1 A/O **UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS/CEDENTE** apresentará mensalmente ao **CESSIONÁRIO** os valores pagos ao servidor em folha de pagamentos do **CEDENTE**, discriminando: a parcela básica da remuneração do cargo efetivo; se existentes, as parcelas de natureza remuneratória de caráter permanente cujos pagamentos forem compatíveis com a cessão, e se cabível; e o auxílio-alimentação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A **UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS/CEDENTE** também apresentará os valores reservados mensalmente pelo **CEDENTE,** na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês, para o provisionamento de benefícios progressivamente adquiridos pelo **CEDIDO** durante a cessão e concedidos em periodicidade anual, quais sejam: a décima terceira remuneração, a ser paga como adiantamento no mês do aniversário do servidor, conforme previsto no §3º do art. 114 da Lei Complementar nº 46/1994; e se cabível, o auxílio-alimentação será pago juntamente com o décimo terceiro vencimento, de acordo com o artigo 2º, § 4º da Lei Estadual nº 10.723, de 14 de agosto de 2017.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A **UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS/CEDENTE** *t*ambém apresentará ao **CESSIONÁRIO** os valores descontados pelo **CEDIDO** a título de: contribuição previdenciária recolhida ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Espírito Santo-RPPS/ES Estadual, sob a gestão do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), de 14% (catorze por cento) sobre a remuneração do cargo efetivo; Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF, de acordo com a legislação federal aplicável; e se cabível, contribuição previdenciária recolhida ao Regime de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo-RPC/ES, sob a gestão da Fundação de Previdência Complementar do Espírito Santo (PREVES), de acordo com prévia opção feita pelo segurado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A **UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS/CEDENTE**também apresentará ao **CESSIONÁRIO** os encargos que foram recolhidos pelo **CEDENTE,** em caráter acessório à folha de pagamentos, para custeio da quota-parte patronal da contribuição previdenciária do servidor, a ser direcionado: ao RPPS/ES, de 14% (catorze por cento) sobre a remuneração do cargo efetivo; e se cabível, ao RPC/ES, de acordo com prévia opção feita pelo segurado, sobre os valores que excederem o teto do RPPS/ES, limitado a 8% (oito por cento) dessa parcela.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Os valores a serem ressarcidos pelo **CESSIONÁRIO**, na data de celebração deste Convênio, serão os constantes na tabela a seguir:

**CRÉDITOS EM FOLHA:**

|  |  |
| --- | --- |
| Subsídio ou Vencimento .............................................................. | R$ |
| Parcelas de natureza remuneratória (se cabíveis) ...................... | R$ |
| Auxílio Alimentação (se cabível) .................................................. | R$ |
| **TOTAL BRUTO ...........................................................................** | **R$** |

**PROVISIONAMENTOS:**

|  |  |
| --- | --- |
| 1/12 avos décima terceira remuneração ..................................... | R$ |
| 1/12 avos auxílio-alimentação junto com o décimo terceiro ........ | R$ |
| Adicional de férias ........................................................................ | R$ |
| **TOTAL PROVISIONAMENTOS** ................................................... | R$ |

*Quando o* ***CESSIONÁRIO*** *for* ***OUTRO ENTE DA FEDERAÇÃO*** *substituir o quadro acima de* ***PROVISIONAMENTOS*** *pelo seguinte:*

**PROVISIONAMENTOS:**

|  |  |
| --- | --- |
| 1/12 avos décima terceira remuneração ..................................... | R$ |
| 1/12 avos auxílio-alimentação junto com o décimo terceiro ........ | R$ |
| **TOTAL PROVISIONAMENTOS ..................................................** | R$ |

**DESCONTOS EM FOLHA:**

|  |  |
| --- | --- |
| RPPS (IPAJM) ............................................................................. | R$ |
| RPC (PREVES) (se cabível) ........................................................ | R$ |
| IR ................................................................................................. | R$ |
| **TOTAL DESCONTOS .................................................................** | **R$** |

**ENCARGOS PATRONAIS:**

|  |  |
| --- | --- |
| RPPS (IPAJM).............................................................................. | R$ |
| RPPS (IPAJM) Provisão 1/12 avos sobre o décimo terceiro ....... | R$ |
| RPC (PREVES) (se cabível) ........................................................ | R$ |
| RPC (PREVES) Provisão 1/12 avos sobre o décimo terceiro ..... | R$ |
| **TOTAL ENCARGOS PATRONAIS .............................................** | R$ |

**CLÁUSULA OITAVA – DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS RESSARCIMENTOS**

8.1 A **UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS/CEDENTE** enviará em periodicidade mensal, até o último dia do mês de competência do pagamento um Documento Único de Arrecadação-DUA Estadual, na forma de boleto bancário, por meio do qual o **CESSIONÁRIO** providenciará os ressarcimentos decorrentes da cessão.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O **CESSIONÁRIO** deverá pagar o DUA até o último dia do mês subsequente ao mês de competência do pagamento, sob pena de pagamento de multa e juros de mora, se cabíveis.

**CLÁUSULA NONA – DA FREQUÊNCIA AO SERVIÇO**

9.1 A frequência do **CEDIDO** no exercício de seu cargo em comissão ou função de confiança será enviada via Portal do Servidor – endereço eletrônico <http://www.servidor.es.gov.br> – até o décimo dia do mês subsequente ao da base de apuração.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS FÉRIAS**

10.1 A aquisição e concessão de férias do **CEDIDO** serão regidas pela Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, uma vez mantida a sua vinculação ao Estado do Espírito Santo durante a cessão, e consequentemente, ao Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Respeitado o interesse e o planejamento da Administração Pública, as férias serão gozadas em momento a ser escolhido pelo **CEDIDO,** sendo a ele franqueado se valer de tempo de serviço prestado anteriormente ao **CEDENTE** para concessão do benefício durante a cessão, ou de se valer período adquirido perante o **CESSIONÁRIO** para goza-lo, quando de seu retorno ao cargo efetivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Responsabilizar-se-á o **CEDENTE** pelo pagamento em folha da parcela do adicional de férias calculada sobre o cargo efetivo, mediante ressarcimento dos valores reservados para o benefício; e o **CESSIONÁRIO** pela parcela do adicional de férias calculado sobre cargo em comissão ou função gratificada.

*Quando o* ***CESSIONÁRIO*** *for* ***OUTRO ENTE DA FEDERAÇÃO****, substituir a cláusula décima pela seguinte:*

***CLÁUSULA DÉCIMA – DAS FÉRIAS***

*Responsabilizar-se-á integralmente o* ***CESSIONÁRIO*** *pela contagem, concessão e pagamento de férias adquiridas pelo* ***CEDIDO*** *durante o período de cessão, bem como pelo seu respectivo adicional de férias/terço constitucional, inclusive com o cumprimento da obrigação de indeniza-lo pela ausência de gozo ao final da cessão, se cabível.*

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO ANTECIPADA**

11.1 São hipóteses que ensejam a rescisão e encerramento antecipado da cessão o pedido de seu término apresentado por qualquer das partes ou a exoneração do **CEDIDO** do cargo em comissão ou interrupção de sua designação para exercício da função gratificada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Além das hipóteses previstas no caput, o inadimplemento de três meses de ressarcimentos e o descumprimento de quaisquer regras previstas no Decreto Estadual nº 5.593-R, de 10 de janeiro de 2024, e de quaisquer das disposições deste Convênio ensejará o direito do **CEDENTE** de denunciar o Convênio.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Realizada a denúncia ao convênio, o **CESSIONÁRIO** terá o prazo de 10 (dez) dias para saneamento da irregularidade ou apresentação das informações que entender cabíveis.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Encerrada a cessão por sua falta, responsabilizar-se-á o **CESSIONÁRIO** pelos prejuízos causados ao **CEDENTE,** em caráter superveniente, e se sobrevier omissão do cumprimento desse dever, por meio de débito inscrito em dívida ativa estadual.

*Manter a parte destacada em vermelho quando o Cessionário for OUTRO ENTE DA FEDERAÇÃO. Caso contrário, esta deve ser suprimida.*

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO**

12.1 Fica estipulado como termo final de vigência do presente Convênio de Cessão a data de **(DATA POR EXTENSO).**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Obrigar-se-á o servidor a se reapresentar ao **CEDENTE** no dia útil imediatamente subsequente ao assinalado para o término da cessão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Caso subsista interesse na cessão, o **CESSIONÁRIO** deverá manifesta-la **UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS/CEDENTE** com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de encerramento da cessão, garantida a continuidade da disposição do servidor após esse prazo, se a solicitação não for respondida tempestivamente, até o dia subsequente à decisão final proferida pelo **CEDENTE.**

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A prorrogação da cessão, na forma dos artigos 29, parágrafo único, 30, caput e 31, dependerá da manifestação da pela continuidade ou finalização da cessão, a ser exarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade estadual; da decisão do Chefe do Poder Executivo Estadual e da confecção, assinatura, publicação e registro em assentamento funcional do Termo Aditivo ao Convênio de Cessão pelo **CEDENTE**, de acordo com o § 2º do artigo 38 do Decreto nº 5593-R/2024.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Responsabilizar-se-á o **CESSIONÁRIO,** quando do encerramento da cessão, a indenizar o servidor por quaisquer valores por fatos ocorridos ou por direitos adquiridos no curso da cessão, e a ressarcir o **CEDENTE** se ele retornar ao Poder Executivo Estadual com incapacidade laboral temporária em razão de acidente de serviço ou doença ocupacional que decorra desse período.

**PARÁGRAFO QUINTO.**  Excetua-se da obrigação de indenizar prevista no parágrafo anterior as férias adquiridas pelo servidor no curso da cessão, cuja indenização poderá ser preterida em favor do gozo do benefício perante o **CEDENTE,** sem qualquer direito a pagamento referente ao cargo em comissão ou função gratificada ocupada.

*Manter o parágrafo quinto quando o Cessionário for OUTRO PODER. Caso contrário, este deve ser suprimido.*

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1 O **CEDENTE**providenciará à sua conta a publicação do resumo do Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, desobrigado o **CESSIONÁRIO**, se assim desejar, de reproduzi-la em seu veículo de Imprensa Oficial.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 Fica estabelecido o Foro de Vitória/ES, Capital do Estado do Espírito Santo, para resolução de quaisquer controvérsias decorrentes do presente Convênio.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por assim terem ajustado as partes convenentes assinam em 2 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente todas as cláusulas e condições deste Convênio.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(REPRESENTANTE DO CEDENTE)**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(REPRESENTANTE DO CESSIONÁRIO)**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(NOME DO SERVIDOR CEDIDO)**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(REPRESENTANTE DA UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS)**